



## CARTA DE FLORIANÓPOLIS

As/Os 286 participantes, delegadas/os de base e direção, observadoras/es e convidadas/os, reunidas/os no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS, entre os dias 09 e 12 de setembro de 2010, ao representar o CFESS e os CRESS, com sua base de aproximadamente 95 mil assistentes sociais brasileiros, vêm a público manifestar seu posicionamento político e ético frente às degradantes condições econômicas e sociais a que está submetida a classe trabalhadora diante da crise do capital, cuja essência centra-se na super exploração do trabalho, fonte da acumulação.

A crise, que eclodiu em 2008, atinge, hoje, seu grau mais perverso, cujos efeitos destrutivos, expressos na imensa desigualdade social, são mascarados pelo capital. É uma crise estrutural que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais de sobrevivência humana. Esses efeitos destrutivos se expressam na deteriorização das condições de vida da classe trabalhadora, na desregulamentação dos direitos historicamente conquistados, na desorganização política dos sujeitos coletivos e na criminalização dos movimentos sociais. O enfrentamento de tal crise pelo capital se expressa no aumento da terceirização, informalidade, prestação de serviços sem regulação, destruição de postos de trabalhos, menos empregos na indústria e agricultura.

Vivemos em tempos de mundialização do capital, que alimentada pelo desenvolvimento tecnológico, se sustenta na internacionalização da produção, na expansão do mercado financeiro e na fragmentação do mundo do trabalho,



gerando o aumento da desigualdade social, expresso na fome, no consumo excessivo, nas guerras étnicas e religiosas e no terrorismo.

Na sociedade brasileira, os direitos são violados diariamente, tendo em vista essa racionalidade do capitalismo que, mediante o desenvolvimento das forças produtivas, em nome do permanente progresso, produz uma desumanidade das relações, num processo que é responsável pelo desemprego, desigualdade social e alienação crescentes. Esses traços próprios da sociabilidade do capital alimentam o discurso conservador que captura corações e mentes na perspectiva do projeto dominante. É latente, na atualidade, cidades sendo transformadas em paraíso da especulação financeira e imobiliária e em espaços da violência, do desemprego e da destruição do meio ambiente, especialmente nas periferias, inclusive em nome do esporte, com seu forte poder de mobilização e legitimação. A Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016 apontam desde já para esses processos de acirramento das desigualdades. 51

Novas formas de segregação social e estigmatização, tanto espaciais como sociais, vêm se consolidando na realidade brasileira. Com isto intensificam-se a disseminação da “cultura do medo”, o isolamento das elites em “guetos” de luxo e a expulsão da classe trabalhadora dos espaços de acesso aos serviços e benefícios da urbanização e, por consequência, seu isolamento nas periferias das cidades onde não comparecem as políticas públicas, caracterizando uma síntese das contradições da questão social na contemporaneidade.

As políticas sociais que deveriam ser universais são atingidas por esse



processo destrutivo de direitos, assumindo cada vez mais um caráter minimalista e meritocrático, determinadas pela privatização acelerada dos serviços públicos. Isso se expressa de forma imediata no aumento da concentração das propriedades rurais e urbanas, reprimarização da economia dos países periféricos, agravamento do desemprego, redução do valor dos salários, restrição no acesso aos direitos previdenciários, diminuição dos gastos sociais no mesmo passo em que o fundo público é capturado pelos interesses do capital e corrosão da sociabilidade, que atinge de maneira assustadora a juventude, fazendo com que 1 em cada 500 jovens não chegue aos 19 anos no Brasil.

As eleições gerais no país têm mostrado uma forte incapacidade de responder a esses problemas e discutir de fato um projeto para o Brasil, que resulte em superação das atuais condições de vida da classe trabalhadora e que lhes garanta direitos efetivos. Assistimos a uma agudização dos discursos despolitizados e clientelistas que, além de não apontar perspectivas de mudanças sociais e econômicas, acentuam o mascaramento da questão social. Assistimos a um frágil e limitado debate, expresso na despolitização deste processo eleitoral, bem como, o apelo às medidas punitivas e cerceadoras da liberdade – à segurança pública, redução da maioria penal, fim do Estado laico, dentre outros – especialmente nas candidaturas ao parlamento, que não afirmam o compromisso com políticas públicas universais. Observamos também uma espécie de prestação de contas antecipadas ao capital, com a retomada de propostas contrarreformistas da previdência e da estrutura tributária. Não estamos acompanhando campanhas que levem à motivação das massas para



eleger seus representantes. O que predomina são grandes investimentos do dinheiro público em propagandas e práticas manipulatórias e conservadoras, que fazem da política brasileira uma dança das cadeiras dos grandes e históricos interesses econômicos e políticos.

Para as eleições ganharem sentido elas precisavam apontar para a ampliação e garantia de conquistas, para a formulação de políticas públicas que correspondam aos direitos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais daquelas e daqueles que vivem em situação de exploração, opressão e discriminação. E assim sendo, eliminar os privilégios de poder e riqueza de poucos que, historicamente, caracterizam a sociedade brasileira. Para tanto, faz-se necessário e urgente a construção de um campo unificado dos trabalhadores capaz de qualificar essa disputa, o que também não se configurou neste processo eleitoral de 2010, o que coloca um grande desafio de construção para o futuro. Construção esta que só é possível na experiência da luta.

Nós, Assistentes Sociais inspirados/as na recente aprovação da Lei 12317/10, que reduz a nossa jornada de trabalho para 30 horas sem redução salarial, entendemos que essa conquista foi fruto de amplas mobilizações, reveladoras do potencial crítico e organizativo desta categoria. Todos/as sabemos que no tempo presente vem prevalecendo a restrição e redução de direitos. Lutar e conquistar um direito trabalhista tão importante nesse momento histórico faz da nossa conquista uma grande vitória. Nossa luta segue pela ampliação de direitos para toda a classe trabalhadora. Esse importante ganho, fruto da articulação, pressão e mobilização dessa categoria aguerrida



que são os/as assistentes sociais brasileiros/as se expressou no ato público realizado em Brasília, em 03/08/10, durante o XIII CBAS. Essa perspectiva crítica do Serviço Social se revela também neste 39º. Encontro Nacional, quando aprovamos, por imensa maioria, o posicionamento pela defesa da Legalização do Aborto, das Políticas de Ações Afirmativas, as campanhas contra a precarização da educação superior, e contra todas as formas de violência, entre outras deliberações. São posicionamentos e lutas que contrapõem a todas as formas de opressão e acirramento das desigualdades sociais e defendem a construção de uma ordem societária que preconiza a socialização da riqueza, da política e da cultura.

Neste momento sócio-histórico de barbárie produzida pelo capital, destacamos a relevância do posicionamento favorável à legalização do aborto, neste Encontro Nacional, nos somando às lutas históricas dos movimentos de mulheres no país. No Brasil, o aborto inseguro representa um grave problema de saúde pública uma vez que mais de 1 milhão de mulheres, predominantemente pobres e negras, praticam aborto clandestino, resultando em 250 mil internações pelo Sistema Único de Saúde para tratamento de suas complicações e transformando-o na 4ª causa de morte materna. Consideramos que todas as mulheres precisam ser reconhecidas como sujeitos éticos capazes de decidir com liberdade e responsabilidade sobre quando, se querem ou não ter filhos/as e quantos. O nosso posicionamento contra a precarização da formação e do exercício profissional se expressa na deliberação acerca da campanha nacional em defesa da Educação e na minuta da Política de Educação Permanente como importante instrumento de lutas diante dos desafios postos



a qualificação ético, política e teórico metodológica do Serviço Social.

Com isso, neste início das comemorações da maioria do nosso Código de Ética, nós, assistentes sociais, reafirmamos valores e princípios do nosso projeto ético político profissional do Serviço Social brasileiro, pautado na construção de uma sociedade livre de toda forma de exploração e mercantilização da vida. A realização desse projeto requer mediações e desafios permanentes e cotidianos com a luta pela universalização das políticas sociais; ampliação e efetivação dos direitos: ampliação do acesso ao ensino público, gratuito, presencial, laico e de qualidade em todos os níveis; desconcentração da terra e da propriedade; redistribuição da renda e riqueza; garantia de alocação do orçamento público nas políticas sociais e fim de sua utilização para pagamento de juros e amortizações da dívida pública.

Reafirmamos, mais do que nunca, nosso compromisso com as lutas históricas da classe trabalhadora e contra as ações que procuram inibir, obstaculizar e coibir suas formas de resistência e de organização coletiva. A criminalização dos movimentos sociais e/ou de suas lideranças revela profunda violação dos direitos humanos e de ruptura com as conquistas democráticas historicamente construídas. Silenciar os movimentos sociais é uma explícita tentativa de impor os interesses econômicos, políticos e culturais que favorecem ao capital e tentam impedir a capacidade de resistência. A criminalização submete mulheres e homens inseridos nas mais diferentes lutas à violação da liberdade de expressão, da sua dignidade e dos seus direitos



políticos, além de serem impedidos de agir como sujeitos históricos que almejam mudanças efetivas na sociedade. Com Mário Benedetti, cantamos:

*...cantamos porque o grito só não basta  
e já não basta o pranto nem a raiva  
cantamos porque cremos nessa gente  
e porque venceremos a derrota*

*cantamos porque o sol nos reconhece  
e porque o campo cheira a primavera  
e porque nesse talo e lá no fruto  
cada pergunta tem a sua resposta*

*cantamos porque chove sobre o sulco  
e somos militantes desta vida  
e porque não podemos nem queremos  
deixar que a canção se torne cinzas.*

Florianópolis, 12 de setembro de 2010.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)  
Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS)

*Aprovada na Plenária Final do 39º. Encontro Nacional CFESS/ CRESS*